



38 unidade tão preciosa a política pública de permanência dos estudantes na Universidade,  
39 somando forças com peculiaridades e características diferentes, tendo muito a oferecer para a  
40 moradia estudantil. Sra. Virgínia Custódia agradeceu à Sra. Gisele e à Profa. Sabrina pelo  
41 convite e pela confiança e a todas as pessoas que se esforçaram para que ela estivesse ali;  
42 lembrou que pegou a moradia em um período difícil durante a pandemia, enfrentando falta  
43 de água, infestação de ratos, enxame de abelhas, piolho de pombo, um plano de contingência  
44 que restringia o movimento na moradia; mas que para além disso foi uma experiência que a  
45 fez crescer como servidora e ser humano, destacando a importância de agir diante da  
46 diversidade; disse que sua volta era simbólica para trazer os frutos do que foi semeado ali, e  
47 que faria o melhor para que a caminhada dos estudantes até o diploma fosse menos pesada.  
48 Profa. Sabrina anunciou que no dia 8 de julho foi realizada a inauguração do bloco 5 da  
49 moradia, agradecendo às unidades e pessoas envolvidas; informou que, havendo dotação  
50 orçamentária, a intenção seria iniciar a reforma do bloco 4; relatou também que, devido a  
51 problemas na moradia de Sorocaba, foi iniciado um plano de revitalização envolvendo  
52 diversos atores, o que possuía complexidades por serem imóveis alugados. Profa. Sabrina  
53 lembrou que no último CoACE foi aprovada a constituição da Comissão para a Construção  
54 da Política de Permanência Estudantil da UFSCar e solicitou que os membros reforçassem  
55 em suas unidades, a indicação de representantes da Comissão de Permanência Estudantil,  
56 pois parte importante ainda não o havia feito. **1.2 INFORMES DAS UNIDADES:** Não  
57 houve informes. **1.3 INFORMES DOS MEMBROS:** Não houve informes. **2 ORDEM DO**  
58 **DIA - 2.1 Indicação de representantes das categorias discente de graduação, discente de**  
59 **pós-graduação, docente e técnico-administrativo para compor a Comissão Permanente**  
60 **para a Promoção, Prevenção e Cuidados em Saúde Mental (COPASM):** Profa. Sabrina  
61 disse que a primeira pauta consistia na indicação de representantes discentes de graduação e  
62 pós-graduação, docentes e técnicos administrativos para compor a Comissão Permanente para  
63 Promoção, Prevenção e Cuidado em Saúde Mental, a COPASM, antiga CPPCSM; explicou  
64 que a atual presidente da comissão, Sra. Simone Conejo, solicitou a recomposição das  
65 representações. O discente Igor Vinicius sugeriu que o convite para representantes discentes  
66 fosse encaminhado ao Conselho de Centros Acadêmicos. Profa. Sabrina disse que os  
67 representantes não precisavam necessariamente ser membros do CoACE, mas precisavam ser  
68 indicados pelos mesmos. Não havendo manifestação de interesse imediato para  
69 representantes da graduação, pós-graduação, docentes e técnicos administrativos, foi  
70 aprovado por unanimidade a consulta via e-mail ao Conselho de Centros Acadêmicos, APG,  
71 SinTUFSCar e ADUFSCar. **2.2 Sustentabilidade financeira da assistência estudantil:**  
72 **perspectivas e desafios. Convidado Dr. Djalma Ribeiro Junior:** Profa. Sabrina convidou  
73 Sr. Djalma para apresentar o histórico da política nacional de assistência estudantil, após  
74 apresentá-lo, destacando seu histórico na construção da política de assistência estudantil na  
75 UFSCar e sua atuação no cenário nacional. Sr. Djalma cumprimentou os presentes, agradeceu  
76 o convite, e manifestou seu apreço pela construção da permanência estudantil; saudou ao Sr.  
77 Ocimar pela parceria na moradia, agradecendo por todo seu trabalho, não só nos últimos  
78 quatro anos, mas pelos vinte anos em que ele atuou junto da assistência estudantil; também  
79 saudou à Sra. Virgínia, que retornou para a moradia, desejando sucesso no trabalho; finalizou  
80 elogiando as competências que ambos tinham de sobra. Sr. Djalma iniciou a apresentação  
81 sobre a “Sustentabilidade Financeira da Assistência Estudantil: Desafios e Perspectivas”,

82 trazendo um histórico com algumas datas importantes da política de ações afirmativas;  
83 explicou que essa era uma política muito recente no cenário brasileiro, comparado aos  
84 séculos de exclusão, de historicamente o Estado brasileiro ter impedido e inviabilizado que  
85 grupos sociais pudessem acessar alguns espaços ou ter direitos ao mínimo de dignidade; disse  
86 que as ações afirmativas surgiram no início deste século, como uma conquista dos  
87 movimentos sociais, em um recorte mais recente, em 1995, quando foi feita uma marcha para  
88 lembrar os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, em Brasília, que reuniu mais de  
89 30.000 pessoas e foi protagonizada pelo movimento negro brasileiro; nessa pauta foi trazido  
90 também as reivindicações para as políticas públicas, com a perspectiva de trabalhar com  
91 políticas de ações afirmativas, que surgia, assim, de uma forma organizada e com poder  
92 popular bastante enfático, sendo importante porque se organizava uma pauta, documentada,  
93 reivindicatória para ações afirmativas nas políticas públicas como um todo para moradia,  
94 saneamento básico, saúde e educação; dessa pauta organizada, surgiam comissões, grupos de  
95 estudo que começaram a trabalhar em diálogos com o Governo Federal, às vezes mais  
96 harmoniosos, às vezes mais conflitantes; que culminou no Brasil sendo um dos países que  
97 mais encaminhou representantes para a conferência de Durban, em 2001, que foi uma das  
98 conferências da ONU bastante lembrada quando se fala de ações afirmativas; uma  
99 conferência para se pensar, e projetar políticas de ações afirmativas no mundo e para  
100 combater o racismo; disse que essa pauta das ações afirmativas estava ganhando força  
101 mundialmente, através dessa conferência, e internamente, tiveram a eleição do primeiro  
102 governo Lula, e essa pauta das ações afirmativas estava no debate político nessa ocasião,  
103 mais explícito; esses foram os primeiros momentos em que haveria uma força social, uma  
104 força do movimento social, uma pauta organizada, reivindicada, participação no cenário  
105 internacional e essa pauta entrava para a disputa política, tendo, então, o início desse século,  
106 com universidades implementando ações afirmativas, primeiramente universidades estaduais,  
107 destacando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, também da Bahia; disse que  
108 considera-se que a primeira universidade federal a tomar essa iniciativa, foi a UnB, logo  
109 após, teve a Federal da Bahia, e a UFSCar era uma das que estavam no início da  
110 implementação de políticas e programas de ações afirmativas, tentando, dessa maneira, criar  
111 um conjunto de ações para que pudesse se alinhar à pauta das políticas das ações afirmativas,  
112 da reparação histórica em relação à questão do racismo e de outras violências; destacou a  
113 participação ativa e muito próxima dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro;  
114 disse que no começo, as universidades federais implementavam suas políticas de ações  
115 afirmativas em separado, cada uma criava o seu desenho e seus mecanismos de ingresso, mas  
116 começava a ser discutida a construção de uma política pública, para que o ensino superior  
117 como um todo pudesse ter uma política de ações afirmativas; relatou que quando esse  
118 movimento estava crescendo entre as universidades, o partido dos Democratas entrou com  
119 uma arguição de descumprimento de preceito fundamental junto ao STF, questionando a  
120 constitucionalidade das cotas nas universidades, em 2009; começou, assim, um processo que  
121 se arrastaria por três anos no Supremo, onde as universidades e os movimentos sociais  
122 tiveram que se juntar para poder fazer a defesa constitucional de políticas e ações afirmativas,  
123 conhecida nas universidades como as políticas das cotas; em 2009 os partidos mais alinhados  
124 à direita, mais conservadores, colocaram um questionamento jurídico que dava uma certa  
125 arrefecida nas políticas que estavam sendo expandidas até se consolidarem em uma política

126 única, de ações afirmativas, ou seja, uma política de cotas; quando o Supremo Tribunal  
127 Federal conseguiu dar o seu veredito final atestando a constitucionalidade das cotas, em abril  
128 de 2012, quatro meses depois veio a Lei 12.711, que é a lei conhecida como lei das cotas;  
129 essa lei foi alterada em 2016 para ingresso de pessoas com deficiência e em 2023, para  
130 ingresso de pessoas quilombolas e a redução da renda per capita de um salário mínimo e meio  
131 para um salário mínimo; disse que esse histórico era importante para compreender o tempo  
132 que demora para se construir uma política pública, tendo movimentos sociais e uma proposta  
133 de governo em sintonia. Sr. Djalma disse que acompanhando as ações afirmativas, teriam  
134 políticas e legislações que trabalhariam com a assistência estudantil; esclareceu que, uma  
135 coisa era a garantia do acesso, o ingresso nas universidades, por meio da lei das cotas, a outra  
136 questão era a permanência; e o acesso ao ensino superior tinha na sua componente o ingresso  
137 e a permanência, só assim é possível acessar o ensino superior, ou seja, a diplomação; disse  
138 que em 2007 tinham uma portaria normativa que ficou conhecida como Plano Nacional de  
139 Assistência Estudantil; essa portaria do MEC se transformou em decreto, em 2010, que é o  
140 Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES; a primeira proposta de lei foi em  
141 2011 para pensar um fundo nacional de assistência estudantil, foram vários projetos de lei, ao  
142 todo, mais de 20, que tinham como objeto a assistência estudantil, que culminaram em 2024  
143 na Lei de Política Nacional de Assistência Estudantil; disse que para a Política Nacional da  
144 Assistência Estudantil ser sancionada, houve duas décadas de debates intensos no Congresso  
145 Nacional; destacou que quando as leis são aprovadas no Congresso, elas possuem um  
146 componente técnico da sua necessidade, mas também têm as estratégias políticas, por esse  
147 motivo a mesma foi aprovada nesse momento; disse que a lei teria grande avanço por  
148 consolidar algumas políticas, mas teria alguns problemas que são típicos de carência de  
149 debate; disse que as peças normativas, portarias, decretos, leis, eram a base justificativa dos  
150 orçamentos; que toda Lei Orçamentária Anual, quando ramifica um pedaço do orçamento  
151 para determinada área, precisa ter uma política regulamentada; explicou que para ter recurso  
152 para assistência estudantil, a Lei Orçamentária Anual se baseava no decreto do PNAES, que  
153 ainda não tinha sido revogado, e na Política Nacional da Assistência Estudantil, que foi  
154 aprovada, mas ainda não havia sido regulamentada. Sr. Djalma disse que antes de existir o  
155 PNAES, as universidades utilizavam recursos do seu próprio financiamento; explicou que os  
156 recursos que vêm para os setores públicos são divididos em dois, custeio e capital, o capital é  
157 utilizado para construção e compra de equipamentos e o custeio para a manutenção da  
158 instituição. Sr. Djalma destacou que era um grande avanço ter uma legislação que garante  
159 recursos para a assistência estudantil, o que permite que as universidades possam planejar,  
160 projetar o seu crescimento através desse recurso; disse que ao observar o orçamento, o  
161 PNAES é convertido em uma ação orçamentária, conhecida como 4002; exibiu em uma  
162 tabela, ano a ano os recursos que foram destinados especificamente para a UFSCar, em  
163 relação ao PNAES, e algumas políticas públicas de âmbito nacional que foram sendo criadas;  
164 em 2009 e 2010, estava sob a regulamentação da portaria do MEC, mas a partir de 2011, já  
165 era do PNAES, o Decreto nº 7.234, de onde esse recurso vinha para as universidades; de 2009  
166 à 2016 houve um crescimento considerável desse orçamento, que praticamente dobrou de  
167 2009 para 2010, estava-se iniciando os programas de assistência estudantil com mais solidez  
168 e as universidades começaram a receber recurso exclusivo para assistência estudantil a partir  
169 desse período; em termos de políticas públicas de âmbito nacional nesse período estava

170 estabelecido, por exemplo, o Programa Incluir, que destinava recursos e serviços para  
171 acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na universidade, da mesma forma que já  
172 existia o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), voltado para  
173 estudantes que ingressaram nas universidades através do Programa Estudante de Convênio de  
174 Graduação (PEC-G), que eram geralmente estudantes que vinham de países da África e da  
175 América Latina; em 2008 houve o Reuni, que foi um projeto muito grande do Governo  
176 Federal de expansão das universidades e interiorização dessas universidades federais, no caso  
177 da UFSCar, surgiram cursos novos e campus novo; propunha-se, através desses programas, a  
178 ampliação, a inserção, a inclusão de mais pessoas nas universidades; em 2010, veio o  
179 PNAES, que advém da portaria do MEC de 2007; em 2013, o Programa Bolsa Permanência,  
180 que visa destinar bolsas para estudantes indígenas e quilombolas, para que possam acessar e  
181 permanecer; em 2012, a Lei de Cotas; esse conjunto de políticas estava pensando em uma  
182 ampliação e democratização do acesso ao ensino superior; para acompanhar isso, precisava  
183 de financiamento, que teve um crescimento no período, para acompanhar esse acréscimo;  
184 disse que somava-se a isso a criação do SISU, que também democratizou o acesso, com a  
185 utilização do ENEM como nota. Sr. Djalma disse que os recursos para essas políticas estavam  
186 vindo, mas a partir de 2014 começou a ter uma diminuição em termos do ano anterior, do que  
187 viria para o ano seguinte, mas ainda havia um aumento; sendo assim, de 2009 à 2016, houve  
188 o surgimento de políticas públicas nacionais que ampliaram as universidades, ampliaram o  
189 número de vagas e criaram condições de permanência e de acesso para grupos sociais que  
190 estavam sub-representados; em 2016, foi aprovada a emenda constitucional conhecida como  
191 a emenda do teto de gastos, neste ano também houve a retirada da Dilma do Governo Federal,  
192 o que foi conhecido como impeachment; a partir de 2016 começava-se um desmonte de  
193 várias políticas sociais, da qual a educação não ficou ileso; amparado pelo teto de gastos, que  
194 é impresso na Constituição, começou, a partir de 2017, até mais recentemente, um  
195 decréscimo do orçamento das universidades; de 2017 até 2025, houve uma redução do  
196 orçamento da assistência estudantil; essa redução aconteceu em todo o cenário nacional, não  
197 só na educação, mas também na saúde e na habitação; ressaltou que essa redução, a partir de  
198 2016, foi sistemática e tinha um componente que era interessante de se perceber, que eram  
199 reduções, reduções e um acréscimo, reduções, reduções e um acréscimo; disse que esse  
200 acréscimo nunca estava alinhado ao que se perdeu com a inflação; ao ponto de receber, em  
201 termos nominais, em 2021, sem corrigir a inflação, para a assistência estudantil, um pouco  
202 menos do que se recebia em 2015; já corrigindo a inflação o valor recebido em 2021 era  
203 praticamente igual ao que se recebia em 2011 e 2012, em termos de valor de compra, o que  
204 mostra um projeto político, onde, de 2009 a 2016 houve expansão, ampliação,  
205 democratização de acesso e financiamento dessa política pública, e a partir de 2016 um  
206 projeto político de redução de investimento na educação, na saúde e na habitação; disse que  
207 em 2024 e 2025, houve algumas notícias e informações que mostraram uma possibilidade de  
208 retomada do financiamento na assistência estudantil, que foi a própria lei, que criou a Política  
209 Nacional de Assistência Estudantil em 2024; entre 2023 e 2024 houve o anúncio do PAC das  
210 universidades, que é importante porque muitas universidades, que foram criadas com o  
211 Reuni, não concluíram a sua construção, a sua estrutura; há muitas universidades que não têm  
212 restaurantes universitários, que não têm bibliotecas, que não têm moradia, e o PAC das  
213 universidades possui obras elencadas para serem realizadas nas universidades que foram

214 criadas no âmbito do Reuni, há 17 anos atrás, injetando recursos para construção de  
215 equipamentos relacionados à assistência estudantil. Sr. Djalma informou que a Lei 15.169,  
216 aprovada há 10 dias, iria reverter recursos do fundo social, que é um fundo alimentado por  
217 *royalties* do petróleo para a assistência estudantil; afirmou que esse fundo já existe, onde os  
218 recursos são divididos para a saúde e para a educação; antes da Lei 15.169, esse recurso era  
219 só para educação básica e agora foi incluído, a partir dessa lei, a possibilidade de utilização  
220 de recursos do fundo social para financiamento da assistência estudantil. Sr. Djalma explicou  
221 a arquitetura do orçamento da assistência estudantil na LOA; disse que a ação orçamentária  
222 4002 é constituída de recursos específicos do Programa Incluir, recursos específicos do  
223 PROMISAES, destinado a ingressantes do PEC-G, e o recurso do PNAES, para investimento  
224 em bolsas e outras despesas; além desses recursos, o próprio MEC também tem recursos  
225 próprios para investimento nas bolsas permanência, destinadas para estudantes indígenas e  
226 quilombolas; disse que a bolsa permanência é um exemplo de como uma portaria é uma peça  
227 normativa fraca, pois o que a regulamenta até o momento, é uma portaria do MEC, que  
228 decide se irá colocar essa portaria em execução ou não, tanto que no governo Bolsonaro, essa  
229 portaria deixou de ser aplicada em 2020 e 2021, fazendo com que os estudantes indígenas e  
230 quilombolas que ingressaram nas universidades nesse período ficassem sem receber a bolsa  
231 por 2 anos; e quando isso ocorre há a precarização e cria-se um contingente de pessoas que  
232 ficam excluídas dessa política, o que gera passivos muito grandes para a posterioridade. Sr.  
233 Djalma disse que para se falar de sustentabilidade financeira, uma das coisas mais  
234 importantes é ter uma lei, que é a base de todas as reivindicações, sendo mais fácil de ser  
235 pressionada social e institucionalmente; sendo assim, a conquista da Política Nacional da  
236 Assistência Estudantil, enquanto lei, é um marco importante que sintetiza todas as lutas  
237 históricas para o movimento pela assistência estudantil; essa lei, na verdade, foi uma união de  
238 algumas políticas isoladas, com a inclusão de políticas já existentes, como a própria Bolsa  
239 Permanência, a PROMISSAES e o Programa Incluir, além de alguns programas que derivam  
240 do PNAES; dentro da Política há o programa de assistência estudantil, programa de  
241 alimentação saudável no ensino superior, programa estudantil na moradia, programa de apoio  
242 ao transporte do estudante, programa de permanência parental na educação, programa de  
243 atenção à saúde mental dos estudantes; essas ações já existiam de forma condensada no  
244 PNAES; foram ainda acrescentados alguns programas novos, o programa de acolhimento nas  
245 bibliotecas e o benefício permanência na educação superior, que, quando regulamentado, irá  
246 ser concedido pelo Governo Federal às famílias das pessoas que fazem parte de algum  
247 programa do Governo Federal, vinculado ao Cadastro Único, para que o filho(a) ou algum  
248 ente desta família possa sair para estudar, pois é comum uma família em situação de extrema  
249 vulnerabilidade, ter um ente que passou na universidade, mas não deixa-o ir, porque isso  
250 representa uma mão de obra a menos, além de um custo a mais. Sr. Djalma disse que os  
251 próximos desafios consistiam em regulamentar a Política Nacional de Assistência Estudantil  
252 em articulação com outras políticas públicas, debatendo e encontrando caminhos para se  
253 buscar uma sustentabilidade financeira, não mais restrito ao MEC, mas agora conversando  
254 com outros Ministérios; pensando, por exemplo, a saúde mental e a saúde alinhada ao SUS, a  
255 alimentação junto com o Programa Nacional de Alimentação Escolar ou com as políticas de  
256 agricultura familiar, a permanência de estudantes que são pais e mães junto com a própria  
257 consolidação das LDBs e ampliação de oferta de educação infantil junto aos municípios, o

258 transporte através do passe livre universal que é um projeto de lei. Sr. Djalma disse que é  
259 preciso pensar na assistência estudantil e na sua sustentabilidade financeira, entendendo que  
260 houve 10 anos de subfinanciamento, sendo necessário retomar isso, pois esse era o cenário  
261 existente; disse que a lei que criou o fundo social, foi pensada em 2010 para que a exploração  
262 do petróleo financiasse políticas sociais, a partir de um comitê interministerial com a  
263 sociedade civil que faz a gestão desse fundo, orientando recursos para a área da saúde e da  
264 educação básica; a lei aprovada em 2025 incluiu a saúde, a educação básica e a assistência  
265 estudantil, o que permite um financiamento muito mais amplo da assistência estudantil; disse  
266 que segundo a previsão do Tribunal de Contas da União, no período de 2023 a 2032, o fundo  
267 social arrecadará o montante financeiro na ordem de R\$ 968 bilhões e que nesse contexto o  
268 repasse às duas áreas sociais, educação e saúde, seria crescente ao longo dos próximos anos,  
269 totalizando R\$ 484 bilhões para saúde e para educação; disse que se pegassem os R\$ 484  
270 bilhões da educação, e colocasse 10% desse recurso para a assistência estudantil e os outros  
271 90% continuar indo para a educação básica, significaria R\$ 4.8 bilhões por ano para a  
272 assistência estudantil; caso fosse 5% seria R\$ 2.4 bilhões, e caso fosse 1% R\$ 480 milhões;  
273 trouxe esses números porque em 2024 o Governo Federal investiu R\$ 1.27 bilhões no  
274 PNAES e R\$ 233 milhões no PBP, o que equivale a uma soma de R\$ 1.5 bilhões; e estavam  
275 falando ali de um incremento de recurso, com o fundo social, ampliando 3,78 vezes o valor  
276 investido no PNAES, se fosse 10% de repasse; disse que existia uma trava legal em que não  
277 era possível, criar leis que demandassem acúmulo de despesa, não sendo possível criar o  
278 Fundo Nacional da Assistência Estudantil, mas era possível uma lei que redesenhasse fundos  
279 já criados, como nesse caso; essa lei não cria nenhum gasto a mais para o Governo Federal,  
280 mas um remanejamento de recurso do fundo existente para a assistência estudantil; disse que  
281 o desenho de como a assistência estudantil iria compor esse comitê de gestão desse fundo  
282 estava sendo debatido pelo FONAPRACE junto ao MEC; disse que financiar a assistência  
283 estudantil é financiar um sistema federal de ensino superior democrático, que quando se  
284 asfixiava a sustentabilidade financeira da assistência estudantil, se elitizava ou transformava a  
285 universidade em um espaço de ocupação por privilégios, tornando-se necessário retomar a  
286 recomposição do orçamento da Universidade, sendo dado um passo muito grande com a  
287 inclusão da assistência estudantil no fundo social, financiando, assim, um sistema público  
288 federal de ensino superior democrático, a sustentabilidade da própria democracia brasileira.  
289 Profa. Sabrina agradeceu ao Sr. Djalma pela apresentação e zelo com a historicização do  
290 tema, em seguida, convidou Prof. Luiz Manoel para trazer o cenário atual da UFSCar. Prof.  
291 Luiz Manoel apresentou a evolução orçamentária da UFSCar de 2013 à 2025, distinguindo  
292 entre custeio de funcionamento, PNAES e capital; exibiu gráficos indicando que, descontada  
293 a inflação, houve uma perda significativa na capacidade de custeio e no PNAES ao longo de  
294 12 anos, sendo de 48% de perda do PNAES e 62% de perda de custeio, enquanto o capital  
295 zerou o que impossibilitava a modernização da Universidade, a não ser por outras fontes,  
296 como o PAC e emendas de bancada; ressaltou que, no entanto, a participação da assistência  
297 estudantil no orçamento total da Universidade aumentou, chegando a cerca de 35%. Prof.  
298 Luiz Manoel analisou especificamente a Bolsa Moradia; mostrou que o valor real recebido  
299 pelo aluno decresceu, devido à inflação, pois não houve reajuste suficiente; contudo, o  
300 investimento total da Universidade nessa bolsa aumentou consideravelmente, pois a gestão  
301 optou por ofertar mais bolsas, aumentando o número de beneficiários, mesmo sem conseguir

302 recuperar o valor real da bolsa; enfatizou que o RU ganhou uma dimensão muito grande  
303 nesses investimentos, pois todo o PNAES é investido em bolsas, enquanto o RU que é um  
304 subsídio importante, uma política de segurança alimentar, tem uma dimensão orçamentária  
305 maior que o orçamento do PNAES. A discente Tatiana agradeceu as apresentações e  
306 argumentou que, embora a gestão invista na permanência, a evasão de estudantes vulneráveis  
307 é alta; disse que a bolsa moradia de R\$ 400,00 não chegava a 30% do salário mínimo,  
308 tornando impossível se manter apenas com ela; disse houve um aumento do número de  
309 estudantes que ingressam na assistência estudantil e dependem dessas bolsas; relatou que  
310 muitos estudantes reprovam e perdem acesso a bolsas de pesquisa, dependendo  
311 exclusivamente da assistência estudantil; reconheceu o esforço da gestão, mas enfatizou que  
312 aumentar o investimento na bolsa não significava que os estudantes estavam bem, pois a  
313 quantidade de pessoas dependentes e a vulnerabilidade também aumentaram. A discente  
314 Larissa complementou, ressaltando a falta de mobilização estudantil; perguntou o que era  
315 possível cobrar da Universidade e o que deveria ser cobrado da cidade de São Carlos, citando  
316 a falta de integração dos estudantes e de políticas municipais de apoio, sugeriu articular  
317 exigências junto ao executivo e legislativo municipal. Sr. Leonardo apresentou dados  
318 quantitativos do ingresso até o ciclo quatro no PAE; no ciclo 1, houve 286 inscrições e 172  
319 classificados; no ciclo 2, 182 inscrições e 98 classificados; no ciclo 3, 76 inscrições e 30  
320 classificados; no ciclo 4, finalizado no dia anterior, houve 98 inscrições e 37 classificados,  
321 por questões orçamentárias; informou que o total de bolsistas ativos naquele mês era de  
322 1.968; disse que a moradia em espécie era a bolsa mais custosa, que atendia 1.422 bolsistas  
323 com o valor de R\$ 400,00; seguida pelo auxílio alimentação emergencial, que atende a  
324 totalidade de bolsistas, 1.968, e tem o valor de R\$ 160,00; seguida por bolsas de menor  
325 quantitativo, como o auxílio pré-escola, bolsa moradia pai/mãe, transporte Angatuba e  
326 Campina do Monte Alegre e os projetos e programas: PABPUAC, PAPEL, PAEIQ, PIAPE,  
327 PROMISSAES; destacou que, somando os bolsistas e o cadastro reserva, totalizavam 2.151  
328 pessoas que tinham gratuidade no RU, o que representava um custo aproximado de R\$  
329 900,00 por pessoa mensal, evidenciando a importância do RU. Profa. Sabrina concordou que  
330 o componente orçamentário era fundamental, mas não explicava toda a complexidade;  
331 corroborou a fala da discente Tatiana, afirmando que, apesar da permanência ser prioridade  
332 orçamentária da Universidade, que aumenta o investimento proporcionalmente à permanência  
333 estudantil, a proporção de recursos que chegava não permite atingir patamares satisfatórios  
334 de valores de bolsas para atingir a máxima quantidade de estudantes que precisa; mencionou  
335 que as dificuldades orçamentárias geram problemas políticos, sociais e pedagógicas, afetando  
336 também as condições de trabalho dos servidores, que gradativamente, perdem condições de  
337 um trabalho sustentável. Prof. Luiz corroborou com a fala da discente Tatiana e acrescentou  
338 que hoje a bolsa moradia tem um valor nominal de R\$ 400,00, mas tem um valor real  
339 depreciado, que se fosse em 2013 estaria valendo R\$ 800,00, no entanto, a Universidade  
340 recebe cada vez menos orçamento, esse é o grande problema. Sr. Djalma complementou,  
341 concordando que o cenário era ruim, mas reiterou a importância do novo financiamento via  
342 Fundo Social, que poderia multiplicar os recursos da assistência estudantil; alertou, porém,  
343 para a diferença entre orçamento, que está previsto, e financeiro, que é o dinheiro que  
344 efetivamente chega, explicando que o repasse irregular asfixia a gestão; respondeu a discente  
345 Larissa sobre a responsabilidade municipal, sugerindo que questões como passe livre para

346 estudantes do ensino superior, matrícula em educação infantil para filhos de estudantes,  
347 acesso à saúde nas UBS, tarifas sociais em energia elétrica e gás para estudantes, poderiam  
348 serem discutidas talvez através de uma frente parlamentar. Profa. Sabrina acrescentou que há  
349 políticas intersetoriais que foram realizadas no âmbito do ensino básico, que poderiam ser  
350 incorporadas no ensino superior, na esfera municipal, estadual ou federal; como, por  
351 exemplo, o Programa Saúde na Escola, a gestão da merenda escolar. A discente Tatiana  
352 sugeriu que a discussão sobre permanência estudantil fosse levada ao CoG, argumentando  
353 que muitos professores desconheciam a realidade dos estudantes da permanência e suas  
354 dificuldades acadêmicas. Profa. Sabrina acolheu a proposta e disse que levaria a sugestão ao  
355 CoG. **2.3 Constituição da Comissão de estudos para a sustentabilidade do RU:** Profa.  
356 Sabrina fez uma apresentação sobre o RU; explicou que a sustentabilidade do RU não poderia  
357 ser medida apenas por critérios econômicos, mas também sociais, culturais, ambientais e  
358 políticos; que para haver um impacto orçamentário concreto, o aumento do RU teria que ser  
359 muito grande, e como uma gestão que quer priorizar a permanência estudantil, que esse  
360 aumento não é o que gostariam de impor; propôs a criação de uma comissão de  
361 sustentabilidade do RU com o objetivo de propor uma política institucional sustentável para o  
362 RU, apresentar um retrato histórico, identificar entraves e efetividades e construir índices de  
363 sustentabilidade para orientar essa política e permitir um monitoramento contínuo; disse que  
364 o RU tem como papel três pilares fundamentais: segurança alimentar, permanência estudantil  
365 e inclusão social e cultural; disse que atualmente a UFSCar conta com quatro campi, 95  
366 cursos de graduação, 61 programas de pós-graduação, 14.491 discentes de graduação e 4.365  
367 discentes de pós-graduação, além de servidores docentes e técnico administrativos, que juntos  
368 constituem o público potencial dos RUs; apresentou os valores praticados no RU que é de R\$  
369 4,20 para aluno regular, R\$ 2,50 para bolsista intermediário, R\$ 0,00 para bolsista integral e  
370 estagiário; destacando que a Universidade subsidia 100% dos estudantes em alguma medida,  
371 já que o custo da refeição era de R\$ 15,08; a estimativa de subsídios para 2025 no cenário  
372 atual é de 49,44% para o bolsista integral, 43,92% para o aluno regular, 6,17% para bolsista  
373 intermediário e 0,47% para estagiário; o total estimado de refeições servidas nos RUs para  
374 2025 é de 1,2 milhões, sendo que 93,36% se concentra nas categorias principais (bolsistas  
375 integrais e alunos regulares). Profa. Sabrina disse que, além dos números, a segurança  
376 alimentar se estrutura em cinco eixos fundamentais que orientam a política dos RUs: meio  
377 ambiente, participação social e solidariedade, higiene, autenticidade e saúde; também traçou a  
378 evolução histórica do RU, desde a criação em 1979 até a centralização da gestão na ProAd  
379 em 2018 e a criação da CRISA em 2021, indicando que a trajetória histórica do RU refletia  
380 na evolução das políticas de assistência estudantil ao longo das décadas; citou melhorias  
381 como a implantação do sistema de acesso informatizado, reajustes na política de subsídios, a  
382 oferta de marmitas e a busca por segurança alimentar; apresentou a evolução das refeições  
383 fornecidas que eram de 850k em 2019 para 980k em 2024, enquanto o orçamento dedicado  
384 ao RU passou de R\$ 8,5 milhões em 2019 para R\$ 18,2 milhões em 2024; em relação a  
385 participação do RU no orçamento da UFSCar, esse número passou de 12,5% em 2019 para  
386 21,6% em 2024; listou alguns entraves para o processo de transformação do RU como a  
387 complexidade administrativa da unificação dos contratos, a dependência de terceiros,  
388 reajustes de valores, resistências institucionais, custos elevados, restrições orçamentárias;  
389 concluiu propondo a constituição de uma Comissão de Estudos para a Sustentabilidade do

390 RU no bojo da Política de Permanência Estudantil, composta por representações da ProACE,  
391 ProAd, CRISA, ProGrad, ProPG, DeAE, DeACEs, estudantes de graduação, representados  
392 pelo DCE ou Conselho de Centros Acadêmicos, e de pós-graduação, representados pela  
393 APG, SINTUFSCar e ADUFSCar. A discente Tatiana sugeriu incluir estudantes da moradia  
394 de São Carlos e Sorocaba e um representante de graduação de cada campus; propôs ainda  
395 verificar se as cidades onde há campus da UFSCar possuem secretaria de segurança alimentar  
396 para participarem da comissão. A discente Larissa sugeriu convidar a secretaria de  
397 desenvolvimento rural e defesa animal, e propôs uma cadeira específica para o Centro de  
398 Culturas Indígenas. As sugestões foram aceitas, incluindo representantes das secretarias  
399 municipais indicadas pela prefeitura dos respectivos campi. A discente Tatiana sugeriu  
400 aumentar a representação indígena para três estudantes devido à diversidade de povos. Profa.  
401 Sabrina ponderou sobre a proporcionalidade e sugeriu, em vez disso, incluir um representante  
402 do CCI, um do coletivo PcD e um de estudantes internacionais. A proposta foi acatada. Profa.  
403 Sabrina recapitulou a composição final da comissão: ProACE, ProAd, CRISA, ProGrad,  
404 ProPG, DeAE, DeACEs, estudante de graduação do DCE ou CCA, estudante de  
405 pós-graduação da APG, representante da moradia de São Carlos e Sorocaba, um  
406 representante discente de graduação por campus, um do CCI, um do coletivo PcD, um de  
407 estudantes internacionais, representantes das secretarias municipais indicados pelas  
408 prefeituras das cidades onde há campus da UFSCar, SinTUFSCar e ADUFSCar. Não  
409 havendo manifestações a constituição da Comissão de Estudos para Sustentabilidade do RU  
410 foi aprovada por unanimidade. Assim, a reunião foi encerrada com os agradecimentos do  
411 presidente e dos membros. Eu, LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de  
412 secretária, lavrei a presente ata.

413 Membros presentes na reunião:

414 Profa. Dra. Sabrina Helena Ferigato

415 Profa. Dra. Eliane Pintor de Arruda

416 Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva Júnior

417 Prof. Dr. João Anderson Fulan

418 Profa. Dra. Katia Aparecida Nunes Hiroki

419 Prof. Dr. Marcio Fernando Gomes

420 Profa. Dra. Letícia Silva Souto

421 Sra. Maria Helena Sachi do Amaral

422 Lari Brisa

423 Igor Vinícius Lagoas Souza

424 Tatiana Niceas de Moraes